

SILENCIO CONSTITUCIONAL SIGILO DE FONTE É ESSENCIAL PARA DIREITO DE INFORMAR, AFIRMA CELSO DE MELLO

Por Pedro Canário

O sigilo da fonte não é um privilégio de jornalistas, mas "meio essencial de plena realização do direito constitucional de informar". Para o ministro Celso de Mello, decano do Supremo Tribunal Federal, trata-se de uma prerrogativa dos profissionais da imprensa, a ser usada "a critério do próprio jornalista, quando este assim o julgar necessário ao seu exercício profissional".

Por isso, continua o ministro, é dever do Estado e do Poder Público respeitar esse direito, que se origina na própria Constituição Federal. "O ordenamento constitucional brasileiro, por isso mesmo, prescreve que nenhum jornalista poderá ser compelido a indicar o nome de seu informante ou a fonte de suas informações. Mais do que isso, e como precedentemente assinalado, esse profissional, ao exercer a prerrogativa em questão, não poderá sofrer qualquer sanção motivada por seu silêncio ou por sua legítima recusa em responder às indagações que lhe sejam eventualmente dirigidas com o objetivo de romper o sigilo da fonte."

O poder geral de cautela tende, hoje, perigosamente, a traduzir o novo nome da censura, alerta Celso de Mello. O entendimento foi exposto em Reclamação ajuizada contra decisão que determinou a retirada de reportagem do site da Empresa Paulista de Televisão. O texto falava sobre denúncias de moradores do Condomínio Jardim das Pedras a respeito de um segurança, policial, que, armado, usava de sua condição de PM para ameaçá-los e injuriá-los.

Um dos motivos para que a Justiça de São Paulo determinasse a retirada da reportagem do ar era que as fontes de informação não se identificavam — ou, como diz o jargão jornalístico, falaram *em off*. E pedia para que os autores do texto revelassem quem eram os entrevistados.

Para o ministro Celso de Mello, no entanto, o juiz de origem cometeu uma inconstitucionalidade. Ele ensina que a Constituição de 1988 veio, depois de 25 anos de ditadura, "proteger um dos aspectos mais sensíveis em que se projetam as múltiplas liberdades do pensamento — precisamente aquele concernente ao direito de obtenção (e divulgação) da informação".

No entendimento do decano do Supremo, o sigilo da fonte é "instrumento de concretização da própria liberdade de informação". O ministro Celso explica que a liberdade de imprensa, como não

TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

Dom Pedro?... Dilma?... Acho que ela deu um grito bem mais forte, quando, erguendo uma panela, avisou: "Mandioca ou Morte!"

Lágrima que molha a face é falsa e impenitente; lágrima pura é a que nasce e morre dentro da gente.

Na vida – estrada que avança – diz a placa, na metade: – aqui, termina a Esperança e principia a Saudade!

DESTAQUES ECONÔMICOS

Antônio José Martins

e-mail: martins_32@terra.com.br



USO DE EXTINTORES

EM CARROS DEIXA DE SER OBRIGATÓRIO — Nossa comentário: Qual foi a data do engano: antes, quando a sua falta ou validade vencia gerava multas? Ou agora, que não serve para nada?

ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Dados do MEC mostraram que o País tem alfabetização insuficiente e desigual. Nossa comentário: O MEC deveria, além de mostrar, fazer algo para melhorar essa situação.

CLÁUSULA ABUSIVA

EM PLANO DE SAÚDE — Superior Tribunal de Justiça considerou abusiva cláusula contratual que vedava tratamento domiciliar em regime de "home care", recomendada por médico como desdobramento de internação hospitalar.

CUIDADO, MINISTRO

LEVY — As pressões políticas do PT e do ex-presidente Lula "derrubaram" o ministro Mercadante. E segundo informações, o alvo agora é o Ministério da Fazenda.

NÃO DÁ PARA ESPERAR

— "Não fazer nada hoje é o mesmo que empurrar o País ladeira abaixo", disse Armínio Fraga, ex-presidente do Bacen.

EMPURRANDO COM A BARRIGA

— Planalto adia levar o centro da meta da inflação do fim de 2016 para o fim de 2017.

EM WALL STREET

Analistas veem cenário caótico no Brasil, com chances de piora. Nossa comentário: Nossos mais sinceros votos para que estejam todos com-

pletamente errados.

RANKING MUNDIAL DE COMPETITIVIDADE — País cai 18 posições. É o 75º entre 140 nações.

APÓS PROTESTOS E BATE-BOCA

— Os deputados da Comissão Especial do Estatuto da Família aprovaram um relatório sobre projeto de lei que define família como núcleo formado por homem, mulher e seus descendentes.

PEREGRINAÇÃO A MECA

— Deixa 717 mortos e 863 feridos por pisoteamento. Nossa comentário: Aqui no Brasil temos a procissão do Círio de Nazaré, em Belém do Pará, com igual número de participantes. Felizmente não há mortes a lamentar.

NOVO MINISTRO DA SAÚDE DEFENDE CPMF

DOBRO — 2% no débito e 2% no crédito. Nossa comentário: Se 2% já causou tanta polêmica, imagine 4%!

NAMESMA PÁGINA, NA MESMA EDIÇÃO E NO MESMO JORNAL

— Primeira notícia: "Comissão de Valores Mobiliários interpela Petrobras sobre concessão de parcelamento de vultoso crédito junto a Eletrobrás, pelo prazo de 10 anos". Como eu sei e você sabe que a Petrobras está altamente endividada, lá vai a segunda notícia: "Por falta de caixa, Petrobras corta investimentos previstos para 2016 no montante de bilhões de reais".

Por hoje é só, tenham todos uma ótima semana. E no dia 12, agrade uma criança.

INÚTIL RESISTÊNCIA

* Marcos Cintra

Atividades inovadoras que mudam paradigmas e afetam práticas estabelecidas normalmente não chegam pacificamente ao mercado. Tecnologias "disruptivas" (que destroem e/ou substituem as tecnologias antigas) geram conflitos quando ameaçam destruir padrões e contrariam interesses.

Durante a revolução industrial no século 18 os donos de empresas que implantavam máquinas operatrizes modernas em suas linhas de produção eram intimidados e agredidos pelos sindicatos laborais. Na França, temendo o desemprego, os trabalhadores jogavam seus calçados ("sabots") nas engrenagens das máquinas com o intuito de impedir o seu funcionamento, dando origem ao termo sabotagem.

Situação semelhante vem ocorrendo no mundo todo, e em particular em São Paulo, quando um motorista da Uber (serviço diferenciado de transporte de passageiro contratado via apps de smartphones) foi sequestrado, agredido e seu veículo danificado por taxistas tradicionais.

Não é apenas o Uber que vem despertando a fúria dos "luditas" e "sabots" contemporâneos. Dois outros serviços de grande aceitação mundial entraram na mira dos agentes envolvidos com as velhas práticas. Um é o Netflix, que disponibiliza via "streaming" filmes e séries a baixo custo, e o outro é o WhatsApp, aplicativo que faz chamadas de voz via internet a custo zero.

Alegadamente, os três serviços citados não apenas ameaçam interesses privados estabelecidos, mas também contrariam a legislação vigente. Para os representantes dos taxistas o Uber é um "taxi pirata" e para uma grande empresa de telefonia móvel o

WhatsApp é "pirataria no pior sentido". Já para os canais de TV por assinatura o Netflix é o "Uber do audiovisual".

A história tem demonstrado fartaamente que a inovação tecnológica gera conflitos e destrói postos de trabalho, mas ao longo do tempo ela cria empregos e gera riquezas em maior proporção. A informática é o exemplo mais evidente desse fenômeno. Se destruiu empregos de datilógrafos, desenhistas, escriturários e secretárias, gerou novas atividades como digitadores, programadores e técnicos de informática. No cômputo final a criação líquida de empregos foi amplamente positiva, e a renda média dos setores envolvidos aumentou significativamente.

É preciso reconhecer o estrondoso sucesso do Uber, Netflix e WhatsApp. Impedir a continuidade dessas atividades seria tão absurdo como proibir o correio eletrônico para preservar as vantagens monopolísticas dos Correios.

Um fato a ser ressaltado é que as empresas e setores tradicionais que perderam terreno para o Uber, Netflix e WhatsApp deveriam ter deixado a zona de conforto nas quais se encastelaram. Deveriam ter investido em produtos mais eficientes, qualificados e de menor custo para seus clientes.

É preciso uma abordagem aberta para enfrentar tais questões. Até porque são irreversíveis. Vieram para ficar e o caminho sensato é a incorporação das mesmas nos marcos regulatórios vigentes. Tentar impedir que sobrevivam é dar murro em ponta de faca.

Os atuais "luditas" e "sabots" só têm a perder se seguirem a linha do confronto porque trata-se de um caminho sem volta, por mais que possam se sentir injustiçados.

O DESERTO DE HOMENS E IDEIAS

*GAUDÊNCIO TORQUATO

Schwartzenberg, a "uniformização no cinzento". Os partidos brasileiros circulam numa zona cinzenta, circunscrita ao arco central da sociedade, flexíveis e pragmáticos, portando o carimbo de "all-catch parties" (partidos do agarra tudo), como dizem os ingleses. Seu lema é: o "poder pelo poder".

As alternativas para construção de eixos de desenvolvimento social que, em tempos idos, eram fincadas em bases sólidas do edifício doutrinário, são, agora, substituídas pelo dicionário da crise, cheio de pontuações sobre aumento de impostos, ajustes fiscais, projetos sociais sem saída (Bolsa Família), ondas de denúncias sobre desvios dos agentes públicos etc. A esfera política substitui as estratégias de desenvolvimento pela visão imediata e oportunista da ocupação de cargos na máquina governamental. O que faz, por exemplo, a presidente nesse momento? Chama o corpo político para negociar no balcão de recompensas.

O momento é grave. E o que fazem os grupos partidários? Reúnem-se nas salas e ante-salas do poder para negociar sua posição na estrutura administrativa. E a tão proclamada reforma ministerial? Ora, coisa para inglês ver. Uma quimera.

É bem verdade que o Brasil não é exceção na moldura da banalização da atividade partidária que se observa em praticamente todos os quadrantes mundiais. Mesmo nos Estados Unidos, onde os partidos Republicano e Democrata dominam a política desde 1852, abrigando cerca de 60% dos eleitores, cresce a tendência para o rebaixamento do discurso político. Veja-se a figura estrambótica desse agressivo Donald Trump dando as cartas entre os republicanos. Na Europa, a débâcle do socialismo real deu força aos partidos social-democratas. Mas, nesse momento, muitos se preocupam em reconstruir as identidades, na percepção de que as siglas que se posicionam de maneira nítida no arco ideológico passam a recuperar poder. Daí a recente força dos partidos de direita.

Nessa moldura, até se comprehende a névoa que encobre os partidos brasileiros. O PT está na lona, tonto com o nocaute recebido das operações que se iniciaram com o mensalão e se estenderam ao petrolão. Foi com muita sede ao pote, acreditando no preceito de L. de Crescenzo, escritor italiano: "O poder é como a droga e sempre exige doses maiores". Conquistou espaços, mas veja o buraco em que se meteu. O PMDB luta por alargar sua participação na máquina. E assim, a pobreza de ideias escorre pelas marés baixas da estrutura partidária. A conclusão é triste: criar partidos neste momento de profunda crise política é contribuir para expandir nosso analfabetismo político. E a povoar o limbo de homens e ideias.

A pasteurização ideológica se espalha na esteira de um fenômeno conhecido como embaciamento do jogo político ou, na palavra do professor Roger-Gérard

Gaudêncio Torquato, jornalista, professor titular da USP é consultor político e de comunicação. Twitter: @gaudtorquato

integração

EXPEDIENTE

Integração - o Jornal do Povo Ltda. -

Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CNPJ: 45.941.838/0001-18

DIRETOR RESPONSÁVEL:

José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. N° 12095)

DIRETOR PROPRIETÁRIO

Renê José Rodrigues Fernandes

REDATORA:

Aideé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. N° 16035)

ESPORTES:

Rogério Lisboa (Reg. no MTB. N° 24727)

FUNDADORES em 24/12/1975:

José Reiner Fernandes, Francisco José Lang

Fernandes de Oliveira,

Roberto Antonio Carlessi, Ivan Gonçalves e

Acassil José de Oliveira Camargo

Propriedade da Empresa

Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda. -

Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CEP: 18270-820

e-mail: integracao@assetab.com.br

Impresso: A Tribuna de Piracicaba -

Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP

ASSINE JÁ!
LIGUE

3305.6674